

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

HISTORIA — Zeitschrift für Alte Geschichte, Jahrgang I, Heft 1, 1950, 172 págs.. Baden-Baden, Verlag für Kunst und Wissenschaft.

Foi com grande satisfação que a "Revista de História" recebeu o n.º 1 do novo periódico trimestral especializado em História Antiga e publicado pela Verlag für Kunst und Wissenschaft, de Baden-Baden. Os Profs. Gerold Walser, de Basileia, e Karl Stroheker, de Tübingen, são os organizadores de HISTORIA e enunciam, nas primeiras páginas da publicação, os objetivos de seu esforço: fundar uma revista internacional dedicada ao estudo de História Antiga — desde as civilizações orientais até o período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média — que, além de contribuir para a melhor compreensão do grande número de problemas deste enorme setor de estudo e de pôr os leitores ao par das mais recentes pesquisas realizadas em todo o mundo, tenha o papel de auxiliar a reatar e a fortalecer os laços que ligam os especialistas alemães aos estrangeiros, laços estes que foram interrompidos durante a guerra. As línguas de que a revista se utiliza para suas publicações são a alemã, a francesa, a inglesa e a italiana, isto justamente para facilitar a colaboração de professores de diversas nacionalidades. Os mesmos professores confessam-se, ainda, perfeitamente concientes da importância de sua difícil missão frente à ciência, repelem, de antemão, qualquer acusação de concorrência a publicações congêneres e, para terminar, lançam um convite geral à colaboração e agradecem aos que os auxiliaram no lançamento de HISTORIA.

A nova e excelente revista aparece dividida em cinco secções: **Abhandlungen, Forschungsberichte, Rezensionen, Zeitschriftenreferate e Nachrichten.**

A primeira secção é inaugurada por um artigo do Prof. Kurt von Fritz, da Columbia University, intitulado "The reorganisation of the Roman Government in 366 B.C. and the so-called Licinio-Sextian Laws" (págs. 3-44). Trata-se de um denso trabalho, em que se dá um verdadeiro exemplo de crítica à tradição em história romana e em que se procura, por todos os meios possíveis, restaurar a verdade histórica. Naturalmente, o A. parte da tradição, segundo a qual o ano de 366 teria sido assinalado pelas seguintes modificações no governo e na administração pública de Roma: 1 — A restauração do duplo consulado após um longo período, durante o qual o supremo poder no Estado fora confiado a "collegia" de três, quatro, seis e, conforme algumas autoridades, mesmo mais, supremos magistrados, todos com igual competência e poder: os chamados "tribuni militum consulari potestate". 2 — A introdução da pretura. 3 — introdução da edilidade curul. 4 — Ou a primeira admissão de plebeus ao consulado ou a adoção de uma lei segundo a qual um dos cônsules deveria ser um plebeu. Mostra, em seguida, que este último ponto é objeto de outras tradições que, aliás, são contraditadas pelos fatos

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

reais ou presumidos mencionados por autores antigos, a começar pelos "fasti", segundo os quais já plebeus teriam ocupado o consulado desde a primeira metade do século V. Ressaltando que todas as tradições concernentes, tanto aos acontecimentos que deram origem a tais transformações, como ao próprio caráter e significado destas últimas, são férteis em incongruências, contradições e impossibilidades históricas, o A. chama a atenção para o aspecto moderno do problema, uma vez que as opiniões dos especialistas contemporâneos variam, desde um completo ceticismo com respeito à maior parte das tradições, até tentativas de reconciliar entre si relatos aparentemente contraditórios e de conservar o mais possível das referidas tradições. Segue-se uma detalhada discussão das opiniões de alguns autores modernos e a crítica da tradição, sendo o A. de parecer que tais transformações eram o produto de uma conexão entre o conflito social patricio-plebeu e necessidades puramente administrativas, resultantes do próprio crescimento de Roma. Em conclusão, é realçada a importância desta conexão, como se vê: "What has, been demonstrated concerning the connection between the struggle of patricians and plebeians on the one hand and reforms in the governmental structure necessitated by purely administrative needs on the other is important far beyond the two special cases dealt with in this article. A survey of the later history of the Roman republic shows clearly that great shifts of power in the Roman state have been, if not actually produced, at least greatly promoted by changing administrative necessities. One of the most striking examples is the enormous rise of the power of the Senate in the second-half of the third and the first half of the second centuries. This phenomenon is all the more remarkable since officially, and as far as, one may say, constitutional law was concerned, the power of the Senate had been steadily reduced until in the third century the Senate officially retained hardly anything but the right to give advice and since nevertheless immediately after this development had come to its conclusion, the Senate, without any changes in legal or constitutional provisions, became by far the most powerful political agent in the state. The reason was that the term of the office of the consuls was too short and that, in addition, their military duties forced them to spend too much time far from the political centre of the Roman realm to make it possible for them to direct public affairs as required by their office. Thus the Senate as the only permanent body constantly present in the centre of public affairs was forced to take over and naturally acquired the power inevitably connected with the actual conduct of the business of the state. The decisive factor in this development was obviously the fact that, even after the differentiation of functions introduced by the reforms of 367/366, the consuls continued to combine the actual supreme military command and the highest civil office" (págs. 43-44).

O segundo artigo (págs. 45-51) é relativo ao agitado período de Cícero e tem por título "The date and the meaning of the Vettius affair". O autor, Prof. Lily Ross Taylor, de Bryn Mawr College, Penn., tem sua própria opinião a respeito deste incidente, que se encontra descrito por Cícero nas cartas a Atticus, II, 24; de fato, assim se expressa o A.: "My view, then, is that Vettius was an agent of Caesar who was trying to bring Curio into bad repute and thus put an end to his campaign for the election of magistrates unfriendly to Caesar. The incident, according to my dating, took place in the middle of July (59) when men were canvassing actively for all the offices, and Caesar was, I believe, anxious about the outcome." (pág. 51).

O terceiro e último trabalho desta secção é subscrito pelo Prof. Johannes Straub, de Erlangen, e dedica-se à "Christliche Geschichtsapologetik in der Krisis des römischen Reiches" (págs. 52-81). Numa introdução, fixa o A., como datas extremas do período crítico na decadência do Império Romano, as de 375-78 e 476 (pág. 53), determinando como seu principal objetivo pesquisar se os inícios do desenvolvimento que levou à representação medieval da Igreja como "Imperium Romanum" não devem ser procurados na época em que a

Igreja oficial cristã tinha que se defender da crescente acusação de culpa da queda do Império, sendo forçada, ao mesmo tempo, na luta pela sua auto-conservação, a observar atentamente suas relações com o Império Romano e, portanto, com o Estado ("Wir werden deshalb zu fragen haben, ob nicht die Anfänge der Entwicklung, die zur mittelalterlichen "Vorstellung von der Kirche als Imperium Romanum" geführt hat, gerade in der Zeit zu suchen sind, in der die christliche "Staatskirche" den gegen sie erhobenen Vorwurf der Schuld am Utenrgang des Reiches abzuwehren hatte und gleichzeitig gezwungen war, im Kampf um ihre Selbstbehauptung ihr Verhältnis zum Imperium Romanum und damit zum Staat überhaupt zu überprüfen" (pág. 55). Desenvolve-se, a seguir, o artigo, em três partes: 1 — Da batalha de Andrinopla à queda de Roma. 2 — A queda de Roma e sua repercussão. 3 — A Igreja Romana e os povos germânicos. Concluindo, sempre servindo-se dos testemunhos cristãos do período, destaca o A. o papel da Igreja, ligando-se, primeiramente, ao Império e à cultura latina e, em seguida, aos próprios invasores germânicos.

Na segunda parte da revista — *Forschungsberichte* — colaboram os seguintes autores:

1 — A. Piganiol, "L'État actuel de la question constantinienne" (págs. 82-96). Trata-se de uma visão geral do estado em que se encontra a controvérsia sobre os diferentes problemas constantinianos que ainda não receberam solução definitiva. É feito, primeiramente, um exame da contribuição recentemente dada pela crítica das fontes essenciais, exame esse que se divide em 4 partes:

a) — Crítica da "Vita Constantini", a respeito da qual assim conclui o A.: "La vieille controverse qui opposait déjà Tillemont à Henri Valois a donc ressuscité. Pourtant les plus récents historiens de Constantin ne se laissent pas troubler. A. Alföldi se contente d'affirmer que la thèse de l'inauthenticité est "completely out of date", que l'authenticité des documents est évidente et même que Constantin est personnellement l'auteur des lettres théologiques. J. Vogt considère comme démontrée "pour l'essentiel" l'authenticité des documents et de la "Vita". Tout en admirant leur sécurité, je pense que la "Vita" pourra être un jour réhabilitée en effet, mais il ne me paraît point qu'elle l'ait été" (págs. 83-84).

b) — Crítica das moedas, importantíssima, uma vez que as legendas monetárias constituem a fonte mais segura para determinar-se a evolução da política religiosa do príncipe.

c) — Crítica dos monumentos. É aí destacada a importância do trabalho de H. P. L'Orange, com a colaboração de von Gerkan, "Der spätantike Bilderschmuck des Konstantinbogens", "Studien zur spätantiken Kunstgeschichte", X, Berlin, 1949.

d) — Crítica das constituições imperiais.

A seguir, passamos ao estudo dos aspectos mais importantes do reinado em questão, e que são, segundo o A.: a idade e o caráter de Constantino, a crise de 310, a crise de 312, a crise de 326, a fundação de Constantinopla, a política constantiniana após 330 e a legislação cristã. Numa terceira parte, o A. procura "jeter un regard d'ensemble sur les images de Constantin que les plus récents historiens nous proposent", referindo-se, então, às opiniões de F. Stâbelin, K. Höhn, A. Alföldi e J. Vogt.

2) — A. Monheim, "Von den russischen Ausgrabungen im Jahre 1947" (págs. 97-104), sumula do trabalho publicado pelo A. na "Vestnik drevnej istorii", 1948, 2, 151 págs.. São aí resumidos os resultados das seguintes excavações:

a) — No cemitério de Paschkowo, na região de Krasnodar, importante pela cerâmica cita

b) — Da expedição tauro-cita, dirigida por P. N. Schulz e que trabalhou dividida em três secções: a mais importante, orientada por A. N. Karaseff, explorou a Neapolis cita; a 2.ª, sob E. B. Weimarn, tratou do setor montanhoso de Bachtschi-Sarai; a terceira trabalhou na região de Bjelogorsk.

c) — Da expedição de Kertsch, realizada em 1945/46 sob a chefia de W. D. Blawatskij.

d) — Da expedição do Bósforo, que, sob a direção de W. F. Gaiduke-witsch, excavou as ruínas da cidade de Tiritaka, a parte central da cidade de Mirmekij e as ruínas que se encontram nas imediações da aldeia de Iwanovka que, possivelmente, representam os restos da cidade de Ilurat, mencionada por Ptolemeu.

e) — Da secção de Leningrado da expedição arqueológica de Olbia, dirigida por T. N. Knipowitsch.

f) — Da expedição norte-caucásica, chefiada por E. I. Krupnoff.

g) — Das excavações realizadas por B. B. Piotrkowski no palácio de Kar-mirblure.

h) — Da expedição corêsmica de S. P. Telstoff, que explorou o palácio de Toprak-Kala.

i) — Da expedição sógdio-tadschikiana, orientada por A. J. Jakubowskij.

3 — Herbert Nesselhauf, "Die neue Germanicus-Inschrift von Magliano" (págs. 105-115). Trata o A. da inscrição que se encontra no fragmento de uma placa de bronze descoberta em junho de 1947 na pequena cidade de Magliano, contendo a transcrição de uma lei adotada pela assembléia do povo que teve lugar em Roma à chegada da notícia da morte de Germanicus.

A terceira parte de HISTORIA, dedicada à resenha e crítica bibliográfica, é consagrada às seguintes obras: Michael Rostovtzeff, "The social and Economic History of the Hellenistic World"; Ronald Syme, "The Roman revolution"; Oscar Paret, "Das neue Bild der Vorgeschichte". Tais trabalhos foram entregues, respectivamente, para resenha e crítica, aos Profs. Joseph Vogt, de Tübingen, Wilhelm Ensslin, de Würzburg e S. J. L. de Laet, de Gand.

Na quarta parte, consagrada à sümula de revistas, são resumidos os seguintes periódicos: Würzburger Jahrbücher für die Altertumswissenschaft, 2. Jahrgang, 1947, Hefte 1 und 2 e 3. Jahrgang, 1948, Heft 1; Philologus, 97. Jahrgang, 1948, Hefte 1/2, 3, 4; American Journal of Archeology, 1948, Nrs. 1 (consagrado exclusivamente à questão homérica e a problemas arqueológicos a ela ligados), 2 e 3; Glotta, 31. Jahrgang, 1948, Heft 1/2; Ancient India. Bulletin of the Archaeological Survey of India, Nrs. 1, January 1946, 2, July 1946, 3, January 1947, 4, July 1947-January 1948; Revue des Études Latines, 1947.

Por fim, a quinta parte, que encerra a revista, nos dá uma notícia referente ao andamento da publicação de novos volumes da *Realenzyklopädie der klassischen Altertumswissenschaft*, de Pauly-Wissowa-Kroll, a partir do ano de 1939.

PEDRO MOACYR CAMPOS

LAVIOSA ZAMBOTTI (P.) — *Les origines et la diffusion de la civilisation.* Original italiano 1947. Trad. francesa de Guillard (J.). 1949. Edição Payot, Paris, 1949. — 460 pp., 7 pl. 1 mapa.

Trata-se de um magnífico trabalho em que a autora expõe suas idéias sobre a origem e difusão da cultura universal. Divide a obra em 2 partes.

Na primeira estabelece os princípios gerais que regem a concentração e a difusão da cultura.

Na segunda, descreve as diversas etapas de civilização por que passou a humanidade, das formas pré-históricas às atuais. Nesta tentativa de reconstituição da história universal, põe em prática todo o mecanismo de sua teoria difusionista exposta na primeira parte do trabalho.

Filiando-se à escola histórico-cultural, apresenta uma posição nova dentro dos velhos moldes da escola de Gräebner, Schmidt e Koppers.

Para os partidários da teoria dos ciclos culturais, o evolucionismo e a doutrina da convergência representam uma nota discordante. Aceitar a analogia de culturas em função de um progresso uniformemente distribuído no tempo e no espaço; ou em virtude de reações idênticas à ação de um meio análogo, é ir contra os princípios da concepção histórica e genealógica das culturas.

Para a autora, entretanto, se não aceita "in totum" os fundamentos dessas teorias, não nega a passagem do mais simples para o mais complexo ou a possibilidade de explicar pela convergência o paralelismo de muitos elementos culturais.

Outra crítica à escola dos ciclos culturais é o fato desta prender-se à observação exclusiva do mundo etnográfico, "que não constitui, nem um mundo em crescimento, nem um mundo em apogeu, mas antes, sob vários pontos de vista, um mundo em vias de dissolução" (pág. 26).

De orientação nitidamente monogenista, a Sra. Laviosa Zambotti vai analisar a região do globo que por suas características ambientais poderia ter servido de berço à cultura humana, como esta teria se difundido e diferenciado pelo globo originando tão grande variedade de complexos culturais. Para ela, as estepes da Ásia Central deveriam ter apresentado nos primeiros tempos da humanidade as condições características necessárias à passagem do primata para sua nova condição de bipede.

Da mesma maneira, somente condições especiais poderiam determinar um ambiente "optimum" em território específico, capaz de fazer surgir o primeiro centro cultural da humanidade. Este parece ser localizado, segundo as últimas descobertas arqueológicas da Palestina, na Ásia de SO.

A tese fundamental da autora é a admissão de centros criadores e motores primários, a partir dos quais, difundindo-se a cultura, surgem centros derivados com características próprias. Esses centros secundários, derivados dos primários, podem funcionar como centros motores, dando origem, na sua expansão, a centros terciários.

Assim, o processo se repete indefinidamente e as renovações culturais são explicadas ora pela reação interna, reação do substrato, ora pelo encontro de outras correntes culturais provindas de centros vizinhos, ora pela capacidade inventiva dos indivíduos.

Entretanto, esses centros motores primários, diretores do movimento cultural ecumênico não foram numerosos.

A autora distingue, dentro da História Universal, 4 centros motores primários:

- 1) o dos neandertalenses do Paleolítico-Médio, localizado no Oriente Próximo;
- 2) o dos caçadores franco-cantábricos sedentários do Paleolítico Superior, localizado na Europa de SO;
- 3) o dos agricultores sedentários do Oriente Próximo;
- 4) o dos autores da civilização técnica moderna da Europa Ocidental.

A formação desses centros motores, está condicionada pelo meio físico, que determina sua atividade econômica e favorece a maior ou menor riqueza

de técnicas. Tanto maior é a influência do ambiente geográfico na cultura quanto mais antigo for o ciclo que ela representa.

O papel decisivo que o meio geográfico pode ter na aparição, na limitação e até mesmo na neutralização pura e simples dum tipo de cultura é amplamente analisado pela autora.

O homem paleolítico, numa paisagem de tundra e estepes, tem como atividade fundamental a caça. Seguindo as pégadas das manadas selvagens o homem caçador se desloca de uma área para a outra, num nomadismo milenar. Logo que as necessidades se aplacam ou se fazem menos imperiosas o nômade se aclimata, se sedentarisa. Essa transformação é, mais uma vez, motivada pelas modificações do ambiente geográfico. Surge a civilização franco-cantábrica cujo apogeu vai ser limitado pelas condições climáticas. O recuo das geleiras bálticas obriga a migração da fauna, atrás da qual vai o homem. Mas, aonde as condições do meio favorecem a continuidade ou o retorno de vitalidade, a civilização dos caçadores paleolíticos continua o seu curso.

É de 30 a 35.000 anos o período de gestação da civilização agrícola e de 6.000 o da civilização técnica moderna.

Sem dúvida, ainda aqui o meio geográfico exerce papel relevante. Só um clima, uma rede hidrográfica abundante, e em áreas limitadas, como as do Eufrates e do Nilo, poderiam concentrar grupos étnicos, favorecendo os contactos culturais tão necessários para o aparecimento da agricultura, e progresso técnico.

Em toda a teoria da Sra. Laviosa Zambotti, vemos a preocupação de descrever e explicar, através de um complexo mecanismo de difusão, o aparecimento das capas culturais, desde as pré-históricas até as atuais, inclusive as chamadas etnográficas.

É a tentativa brilhante para por em evidência não só o processo de difusão como o dinamismo intrínseco de uma cultura cujo património está sempre sujeito a renovações e inovações. Sem dúvida há pontos discutíveis.

Na reconstrução das civilizações pré-históricas, excluída a reconstrução da cultura material, baseada em vestígios arqueológicos, o quadro social e animológico é puramente hipotético.

A solução apresentada ao problema das diversas áreas culturais americanas, explicando as civilizações superiores Azteca, Maia e Inca como resultantes da migração de povos polinésios, não satisfaz plenamente.

Entretanto, não se pode negar à Sra. Laviosa Zambotti a engenhosidade de sua teoria, e o valor de sua obra, ricamente documentada.

MARIA DE LOURDES JOYCE

LINDNER (Kurt). — *La chasse préhistorique* (Paléolithique-Mésolithique — Néolithique — Âge des Métaux) — Payot. Paris. 1950, 480 pp. 143 figuras e 24 pr. fora do texto.

Esta obra, verdadeiro tratado no assunto, constitui uma análise brilhante da arte cinegética desde os albores do chamado Paleolítico antigo até o período do Ferro. Baseando-se em farta bibliografia, o autor, em páginas eruditas, mostra quão admiráveis são os dados pré-históricos e quanto de interesse eles representam para o historiador, para o etnólogo e para o sociólogo. A este propósito escreve: "Il est regrettable qu'aujourd'hui encore l'histoire culturelle contemporaine accorde si peu d'attention aux données prodigieuses de la pré-histoire. Cette négligence mérite le blâme le plus exprès, parce que tenter de

ne faire débiter l'étude des civilisations qu'avec le début de l'histoire proprement dite, qui a manifesté son plus grand éclat dans les civilisations citadines: asiatico-méditerranéennes, ampute cette étude. Il ne sera jamais possible, de cette manière, de pénétrer au fond même des problèmes historiques et de les interpréter, car c'est les aborder à un moment où, ayant derrière eux une longue évolution, ils sont déjà d'une telle complexité, qu'il serait vain d'en vouloir dissocier les éléments. Des problèmes sociaux, des questions fondamentales de droit, des productions artistiques, des manifestations culturelles, et même les produits de la culture matérielle ne s'expliquent pas de façon satisfaisante si l'on ne tient pas compte des données des sciences préhistoriques".

Kurt Lindner não se limitou exclusivamente em descrever os processos de caça. Foi além, muito além mesmo, como se poderá evidenciar pelos simples enunciado dos capítulos em que a obra está dividida:

A primeira parte do livro, contendo cinco capítulos, é inteiramente dedicada ao Paleolítico e ao Mesolítico. Após as "Generalidades" (Capítulo I.), o autor faz desfilar de início "uma série sucessiva das grandes épocas culturais da idade da pedra tendo no centro o ser humano, que confere sua característica à cada uma das fases do desenvolvimento". Os "seus pensamentos e seus atos, suas representações culturais e religiosas, que estavam em grande parte em contacto íntimo com a prática de caça, seu modo de vida, e, em particular, sua técnica", são estudados no II Capítulo.

O Capítulo III é inteiramente dedicado ao mundo animal pré-histórico, dando-nos uma ampla visão das principais espécies de animais que eram caçados. Em seguida (Capítulo IV), Lindner trata magnificamente da técnica da caça, não "segundo seu desenvolvimento cronológico", mas de acordo com os métodos particulares de perseguição, os quais estavam em função dos animais a serem caçados. O capítulo seguinte (V) é dedicado às questões da arte, da magia e do direito relativos à caça, aspectos estes, como muito bem o autor salienta, de grande interesse para os estudos ciclo-culturais.

O estudo da caça no período Neolítico e na idade dos metais (período do Bronze e período do Ferro), que constitui a segunda parte da obra, sofreu o mesmo tratamento metuculoso por parte de Kurt Lindner, que nos dá uma visão perfeita das transformações sofridas pela arte cinegética, em seus múltiplos aspectos, de um período para outro.

Em suma, a obra em apreço, é de indispensável consulta a todos os estudiosos do assunto.

CARLOS DRUMOND

LAPEYRE (G. G.) et PELLEGRIN (A.) — *Carthage Latine et Chrétienne*. Paris. Payot. 1950.

Bem poucos livros de reconstrução histórica poderão oferecer mais atraente e proficua leitura do que esta obra, continuação e aperfeiçoamento de outra já publicada: — "Carthage Punique" — dos mesmos autores. O interesse, porém, é muito maior, principalmente, pela documentação desses dois grandes aspectos da Roma africana: o literário e o cristão. Se o latim da África não produziu tão grandes obras como o de Espanha que tomou a si a continuação do esplendor literário e filosófico de Roma, foi, contudo, brilhante e fecundo. Basta citar **Aulo-Gelo**, autor tantas vezes consultado em suas "Noites áticas"; **Mânlio**, autor do poema didático "Astronômicas"; o gramático **Apolinário**, famoso em Roma; o jurisconsulto **Sálvio Juliano**, conselheiro de Adriano; **Frontão de Cirta** que foi preceptor de Marco Aurélio, mas sobre todos **Apuleio**, um dos homens de maior talento que já existiram e cujas obras ainda hoje lemos com prazer. Pode-se mesmo afirmar que ele foi o fundador do romance na Anti-

guidade com o seu delicioso "Asno de ouro". A dominação vândala não conseguiu destruir esta civilização latina porque o cristianismo já se encontrava fortemente representado em Cartago, continuando e aperfeiçoando essa literatura latina. Vemos então os escritos de São Cipriano, e, antes dele, esse formidável Tertuliano, que, sozinho, vale uma literatura, criador duma língua nova que veio influir, através da Bíblia, nos idiomas modernos. Minucius Felix, advogado célebre em Roma e que se converte ao cristianismo e o maior de todos, o gênio máximo da Igreja. Santo Agostinho, certamente, uma das mais poderosas inteligências da humanidade. Toda essa Cartago cristã, cujas influências no cristianismo ibérico foram de transcendental importância, está bem estudada nesta obra que se lê de uma assentada, lamentando-se que não fosse maior o volume para mais demorado prazer intelectual. Nenhum estudioso da história antiga, nenhum professor ou aluno de letras clássicas poderá deixar de ler atentamente esta obra que a todos se recomenda como um verdadeiro presente de amigo.

SILVEIRA BUENO

MORET (André). — *Anthologie du Minnesang* — Introduction, textes, notes et glossaire (Bibl. de Philologie Germanique), Aubier, 1949. *Le Lyrisme Médiéval Allemand* — des origines au XIV.^e siècle, IAC, s/d.

Depois da ANTHOLOGIE DU MINNESANG, André MORET publica LE LYRISME MEDIEVAL ALLEMAND, uma tradução de quase todas as canções da antologia. Moret lançou mão a todo transe de vocábulos franceses medievais para, num esforço ingente, não trair o espírito do original. Senhor de uma bibliografia preciosa sobre a filologia e literatura alemãs da Idade Média, expôs, numa síntese admirável, como introdução à antologia, todos os problemas relativos ao movimento lírico trovadoresco: as origens do Minnesang (a teoria autóctone, a médio-latínista, a tradição de Angers e a antiguidade, a influência cristã, a dos itinerantes (clerici vagi), a teoria feudal e a tese arábico-persa). Eclético, o autor manifesta contudo particular simpatia pela tese árabe — que hoje está suscitando novos adeptos e renovação de pesquisa, e pela tese médio-latínista — ainda em pé na explicação de certos caracteres arcaicos do lirismo alemão que a poesia provençal não elucida. Minucioso no estudo da teoria da Mîme (que não é o "amor", mas uma concepção sublime do amor), estende-se sobre o conceito e a evolução das duas concepções eróticas da lírica dos Minnesänger: a MINNE (cuja degenerescência progressiva já se manifesta nas próprias canções de Walther von der Vogelweide e mais tarde atinge o sentido realista da concupiscência e das solicitações carnis) e a LIEBE, o mesmo sentimento, mas que descreve uma trajetória semântica em sentido inverso à da MINNE.

A terminologia das situações poéticas do Minnesang é incomparavelmente rica: os elementos temáticos, os motivos poéticos tradicionais, que no nosso lirismo galego-português são esporádicos e mal definidos, na canção alemã desempenham considerável importância. Daí o interesse que oferece a presença da hote (a "surveillance", o vigia, o gaita), que é riquíssimo de aspectos no lirismo medieval alemão. Esse motivo, freqüente nas albas, mal definido na nossa poesia provençal, típico da poesia árabe e da poesia dos clérigos itinerantes (e conhecida do próprio Ovidio), apresenta uma grande riqueza de situações poéticas no lirismo do Minnesang. Mesmo os elementos da flora e da fauna, tão escassos na nossa poesia galego-portuguêsa, espalham-se por toda a produção poética alemã dessa época, não só como um fundo de quadro, mas às vezes com certa policromia e exuberância, que o culto da natureza chega a superar o conteúdo do poema.

Dentre os diversos estados dramáticos e psicológicos do trovador, existe na poesia alemã o *der minnende unsin*, um estado que, ultrapassando o *verdabt* (hipnotizado, privado da razão), atinge as imediações da loucura. Esta situação dramática deve ser a mesma que circula pela nossa poesia sob a denominação de *sandeçe*. Guilhade, por exemplo, define bem este estado psicológico na sua poesia dos olhos verdes:

Amigos, non poss'eu negar
a gran coyta que d'amor ei,
ca me veio sanden andar,
e con sandeçe o úirey:
os olhos verdes que eu vi
me fazem or'andar assy.

É curioso como a "sandeçe" invade a própria cantiga d'amigo, como se verifica nesta de Estêvão Fernandez d'Elvas, cujo tema é a loucura em que caiu o namorado:

Estes que agora, madre, aqui som
dizen que é sanden meu amigo;

No refrão domina a mesma idéia ("... e que por mi ensandeceu"). A *sandeçe* sobreviveu à nossa poesia trovadoresca, pois vamos encontrá-la, ainda na segunda metade do século XIV, no namorado Macias:

Provei de buscar mesura
u mesura non falece
e por mengua de ventura
ouveron-me-o a sandeçe;

A evolução do mensageiro que apresenta Moret me parece discutível. O amante, que nos primeiros tempos confia seus estados de alma a diversos mensageiros fictícios, mais tarde, já entre os poetas decadentes — que procuravam rejuvenecer o tema, busca como confidentes o rouxinol e a brisa, simples artifício de retórica a que se reduziu o motivo da primeira fase poética. Somos de parecer que houve, ao contrário, um alargamento do tema. Na poesia galego-portuguesa os confidentes fírados da natureza circulam desde as primeiras produções poéticas: o pinheiro, a quem dirige suas súplicas a amada numa desesperação de "saber novas do amigo". O rouxinol é confidente tradicional, e as "Geórgicas" de Virgílio constituem o ponto de partida. Quando o rio aparece na nossa poesia, é como mensageiro das lamentações da mulher, pois suas águas sempre correm na direção das paragens onde anda o amigo. Mesmo a corça, também um dos mensageiros na poesia galego-portuguesa, é o animal preferido dos amantes em virtude de sua presteza, da rapidez com que pode levar as confissões e as notícias da coita feminina.

A Antologia de Moret é um livro didaticamente bem feito: exposição clara e sucinta dos problemas do Minnesang; reconstrução inteligente do retrato psicológico da mulher, das situações dramáticas do *Minnesänger* diante de sua dama, e uma análise demorada das direções que a poesia trovadoresca tomou depois de Walther von der Vogelweide.

No cancioneiro medieval alemão é possível um estudo da evolução dos gêneros, da forma, dos temas, da dialética do conteúdo e da sensibilidade, porque as canções estão, graças aos estudos já realizados pelos grandes especialistas alemães, dispostas cronologicamente por autores. No nossa, muito há ainda por se fazer. Por exemplo: um trabalho que ainda não foi realizado entre nós é o da reabilitação das individualidades poéticas, não só dos cancioneiros trovadorescos mas do próprio Cancioneiro Geral de Garcia de Rezende. A tese de doutoramento de Oskar Nobiling — "As cantigas de Juan Garcia de Guilhade" — que tem merecido elogios da crítica, não ultrapassa o trabalho monográfico de exclusivo interesse filológico. Na mesma categoria

está a test de concurso de Celso Ferreira da Cunha — “O Cancioneiro de João Zorro” (Rio, 1949). Um trovador como Neidhart, por exemplo, conta nada menos com uma dezena de trabalhos especializados, numa verdadeira rivalidade bibliográfica com o maior da constelação dos *Minnesänger*: Walther von der Vogelweide.

A Antologia de Moret assemelha-se muito à “Crestomatia Arcaica” de José Joaquim Nunes, embora o aparato crítico daquela seja mais rico e a exposição da matéria — mais didática: poeta, biografia-crítica, evolução de sua arte, edições e bibliografia. As canções, que seguem principalmente o texto dos grandes cancioneiros alemães, trazem no rodapé riquíssimas notas filológicas, e no final da Antologia um glossário — que infelizmente não satisfaz muitas vezes.

Moret anuncia ainda uma obra em vias de acabamento, intitulada *LE MINNESANG ET LES MINNESÄNGER*, na qual pretende o autor abranger a totalidade dos problemas levantados pelo estado atual da *Minnesangforschung*.

Para o próximo número da *REVISTA DE HISTÓRIA* pretendemos apresentar aos curiosos da lírica alemã trovadoresca uma poesia de Neidhart, que traduzimos e procuramos estudar em paralelo com a nossa poesia trovadoresca.

S. SPINA

AMARAL (Luiz). — *Outro Brasil. Interpretação ecológica, visando orientação econômica.* Editora Eco Ltda. São Paulo, 1950. 263 pp.

Já conhecíamos, do ilustre Autor, vários trabalhos denunciadores de sua grande cultura e do seu entranhado ardor pelas idéias, princípios ou teses adotados. Surge, agora, um novo livro do citado Autor, que, além daquelas qualidades mencionadas, atesta grande operosidade. É o livro chamado “OUTRO BRASIL” — *Interpretação ecológica, visando orientação econômica.*

É a meu vêr, o melhor livro do Autor, sem embargo de alguns defeitos que aponto com sinceridade e desejo de acertar.

Não sou muito apreciador do modo com que o livro expõe suas idéias e expande seus argumentos, muitos dos quais são impressionantes. Acho que o Autor nem sempre foi muito claro e às vezes não usou de precisa insistência nos argumentos com que alicerça suas teses, algumas das quais são verdadeiras bombas atômicas de força irresistível.

O livro contém, entre as muitas idéias que discute com grande honestidade e proficiência, as seguintes que mais me impressionaram:

1.º — A radicalmente contrária ao mavórtico, espírito do me ufanismo e de crítica a mais ferina ao Conde de Afonso Celso, tido como o pai dessa idéia e a meu vêr, um dos homens mais maléficos do Brasil.

2.º — A inadaptabilidade do europeu nas zonas ultraquentes.

3.º — O repúdio completo pela industrialização do país com a entronização do lema de que o Brasil é um país agrícola devendo permanecer na agricultura.

A primeira dessas três teses enunciadas tem o meu caloroso apóio. Sou um adepto integral, de longa data, das mesmas idéias do Autor. Por vezes, tive a impressão de que estava lendo minhas próprias palavras, de tal maneira a tese do livro se engrena com o meu pensamento. É possível que seja influência exercida em Luiz Amaral e em mim, pelo meu saudosíssimo amigo, Pires do Rio, de quem aprendi tanta coisa nas palestras que mantinha, com esse grande expoente da cultura especializada em problemas econômicos e so-

ciais. Era uma espécie de escola domingueira na qual doutrinava o eminente economista da Escola de Minas de Ouro Preto. Lá estavam Hermes Lima, Mota Filho, Agenor Machado, Assis Chateaubriand, Roberto Moreira e outros!

Durante vários anos, saturei-me dos preciosos ensinamentos de Pires do Rio; principalmente os de natureza econômica ou geográfica sedimentaram em mim, uma tal camada cultural a respeito dessa rançosa e enganadora mentalidade do **me ufanismo**, que me acostumei a considerá-lo o maior cancro que destrói o Brasil. A tal ponto vai a minha odiosidade a esses espírito do **me ufanismo**, que o ataquei de rijo na minha tese de concurso, enfrentando e discutindo com a banca examinadora, composta dos Srs. Pedro Calmon e Max Fleiuss, entre outros.

Dai a minha afinidade completa e absoluta com Luiz Amaral, a respeito do **me ufanismo** que considero o maior crime cometido contra o Brasil. Foi um estrangeiro quem deu inicio a essa mentalidade: Pero Vaz de Caminha. Ainda um estrangeiro, duzentos e cinquenta anos depois ampliou isso: Sebastião da Rocha Pita. Mas, durante os primeiros três séculos, o mentiroso **me ufanismo** conservou-se em escala pequena, até chegar ao oitocentismo, para então encontrar, com o romantismo piégas e rançoso da época, sincronizado com um rubro e exageradissimo nacionalismo e uma falta de cultura quase absoluta por parte dos intelectuais da época, em matéria de ciências exatas, um ótimo terreno para nele se cristalizar engrandecido. Tão virulenta foi a dose do veneno injetado no Brasil pelo maldito **me ufanismo**, que até hoje intoxica a nossa infância e a nossa juventude, pelo mal orientado ensino primário, cujos professores ainda embebedados pelo ditirambo mentiroso e pelo panegirico ilógico e pouco inteligente, inconcientemente inoculam em nossa gente o vírus do sonho e do fantástico irreal. Causticando com braza incandescente essa toxina do **me ufanismo**, Luiz Amaral fez obra de grande benemerência.

Só por isso vale o livro o seu peso em ouro.

Igualmente merece o meu aplauso a segunda tese acima enunciada. Eu sempre fui adepto dela; naturalmente por má interpretação, eu isso afirmando, fui tido como exageradamente regionalista. Não é, porém, o sentimento que me leva a isso concluir, mas é o raciocinio manejando elementos científicos. Lembro-me da primeira vez em que me defrontei com o problema; foi a um quarto de século, lendo Oliveira Viana em um artigo sobre a não ubiqüidade do homem, escrito na *Terra de Sol*. O raciocinio e a meditação fizeram o resto! Nessa ocasião, Ripley, com seu opulento *The Races of Europe* solidificou o que eu aprendi em Oliveira Viana.

Então escrevi nesse diapasão, o meu livro **Pedras Lascadas**, que teve exgotaças as suas duas edições.

Mais tarde, Gilberto Freyre, citando Spengler, na introdução de *Casa Grande e Senzala*, confirmou minhas idéias.

Assim, não é vazio de razões que eu, com veemência, aplaudo Luiz Amaral no concernente à segunda proposição enunciada.

Não posso repetir os mesmos conceitos, em relação à última tese enunciada acima. É uma opinião minha, essa que acredito acertada e à qual estou preso a menos que me provem o contrário. Assim, embora respeitando a opinião do Sr. Amaral, externada no livro, divirjo dela, de modo radical, embora só em parte.

Não posso repetir os mesmos conceitos, em relação à última tese enunciada de regiões as mais heterogêneas e em várias fases de evolução social, econômica, etc. Algumas dessas regiões ainda estão no primitivismo da coleta. Outras já afloraram à agricultura da enxada ou do carro de boi, ou ao pastoreio primitivo. Outras já estão na fase adeantada da agricultura, outras ainda iniciam a sua industrialização que me parece ser a etapa final da evolu-

ção humana. Essas idéias eu as tenho de longa data e manifestei-as em público, desde que há 19 anos publiquei o meu livro *Confederação ou Separação*, do qual saíram três edições; e depois, em 1937, estampeei outro com o título de *Evolução da Economia Paulista e suas causas*, e essas idéias coerentemente conservo em todos os livros de minha autoria. Aliás esse conceito não é meu. Eu nada inovei. Muito antes de mim, o alagoano Tavares Bastos dizia o mesmo e, depois dele, o sergipano João Ribeiro, ao afirmar que o Brasil era um arquipélago de ilhas isoladas e diferentes umas das outras e, cada uma das quais em diverso estágio de vida, exprimia a mesma preliminar.

Assim, não posso concordar com Luiz Amaral quando ele diz que para o Brasil a indústria não é conveniente e deve o país continuar a ser eminentemente agrícola. Isso corresponde à verdade, apenas em relação a partes do Brasil. Outras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, etc., já estão na fase da industrialização e não seria justo querer paralisar-lhe a evolução só porque as demais partes estão mais atrasadas. Isso seria um nivelamento por baixo!

Também não estou de acôrdo com Luiz Amaral, quando ele fala em proteção alfandegária. Penso que o Brasil nunca teve política protecionista. Temos tido, sim, uma política voraz da União em aumentar o mais possível a arrecadação do impôsto de importação.

Muito mais protecionista em favor da indústria tem sido a política do câmbio baixo. Aliás, essa situação cambial também beneficia a agricultura, pois o café se faz muito mais vendável.

Ainda não concordo, data vênua, com as diretrizes traçadas por Luiz Amaral, ao dizer que a indústria beneficia estrangeiros e pouco os nacionais. Acredito serem de fato estrangeiros os iniciadores, mas seus filhos e netos, que são em maioria, atuais senhores dos parques industriais, são tão brasileiros como nós. Ademais, a indústria, grande parte dela, completa e suplementa o trabalho agrícola, aprimorando e aperfeiçoando enormemente o produto em bruto, produzido agricolamente, que assim é vendido por um preço muito maior. Eis, por exemplo, o algodão, o couro, o cacau, o açúcar, ou a borracha! O exemplo desta é gritante, pois lucrámos muito mais exportando a borracha manufaturada, do que em bruto. A indústria paulista já consome toda a produção da borracha amazônica e precisa ainda importá-la da Malásia.

Precisamos imperiosamente plantar a *hêvea*! Eis a indústria fomentando a agricultura! É preciso, porém, que não se vá plantar essa fonte de matéria-prima em região localizada longe do consumo e onde falte mão de obra. Se plantarmos a *hêvea*, em lugar vizinho à indústria consumidora, economizaremos o transporte. Se plantarmos a árvore da borracha junto onde já houver mão de obra e trabalho organizado, teremos resolvido um grande número de problemas.

Se porém, quisermos resolver o assunto com o regionalismo e com o sentimentalismo de coração piégas e saturado ainda com o cretino *me ufanismo* e com a ablação do raciocínio e do cérebro, o fracasso nos aguardará.

Por que não se erigir no litoral paulista e fluminense da Baixada, uma monumental plantação da árvore da borracha, idêntica à que os ingleses e holandeses realizaram na Malásia? Ocuparíamos o transporte oneroso e o nosso aparelhamento ditaria o sucesso. O problema deve ser solucionado com a lógica fria de uma técnica absoluta. É tempo de se saber que cabeça não existe unicamente para cabide. O nosso litoral poderia ser aproveitado com a *hêvea* que aí encontra elementos geográficos favoráveis, tendo a mão de obra organizada e a indústria ao lado.

São essas as pequenas objeções que faço ao livro de Luiz Amaral, o qual considero, de modo geral, não obstante essas sombras, um livro excelente, abordando assunto de magno interesse, que está a exigir muita meditação e raciocínio.

ALFREDO ELLIS JÚNIOR

CENTENARIO DE BLUMENAU (1850-2 de setembro de 1950). Edição da Comissão de Festejos. Blumenau, 1950. 492 pp., com mapas e documentário fotográfico.

A 2 de setembro de 1950, Blumenau, que fôra fundada por um idealista, o dr. Blumenau, e que crescera graças à imigração alemã, comemorou o seu primeiro centenário de fundação. Publicou-se "com a intenção de apresentar um documentário sobre Blumenau de hoje e dos cem anos de seu passado" esse livro comemorativo.

Diversos autores colaboraram na árdua tarefa, que foi a apresentação desse livro e todos os aspectos referentes à terra e à gente do Vale do Itajaí e, particularmente, de Blumenau foram estudados. Essa obra contém, ao lado de contribuições — de menor interesse para quem não é blumenauense — algumas de real valor para o estudo daquela parte do Estado de Santa Catarina.

O objetivo principal desse livro é a história da colonização do Vale do Itajaí. A fundação de Blumenau deve-se à iniciativa de um particular, o cientista alemão dr. Hermann Bruno Otto Blumenau. A colonização às margens do Itajaí iniciou-se com apenas dezessete imigrantes alemães, mas o número dos colonos aumentou rapidamente. "A história dos primeiros anos da colônia de Blumenau é um romance amargo de desilusões e de martírios". A colônia situava-se em plena mata virgem povoada por feras e pelos ferozes e agressivos botocudos. O rio Itajaí, a única via de comunicação com o litoral, era também um grande perigo na época das chuvas, pois muitas vezes suas águas transbordavam e o colono perdia todo o produto do seu labor. Além do colono, que com seu trabalho também contribuiu para o fortalecimento do empreendimento, homens notáveis como o cientista Fritz Müller, que Darwin chamou de "príncipe dos observadores da natureza do Brasil", auxiliaram o dr. Blumenau na sua grande tarefa. Falando-se dos primeiros anos da história da cidade de Blumenau, nunca se deve esquecer a simpatia que D. Pedro II dedicava ao empreendimento do dr. Blumenau. A colônia até teve a honra de ser visitada pelo conde D'Eu, que dela levou as mais lisongeiros impressões. Graças à sua força de vontade e ao seu sistema de colonização, o dr. Blumenau venceu e, como testemunho da sua vitória, ergue-se, em terras onde a monocultura foi banida e a entrada do braço escravo proibida, a linda e próspera cidade de Blumenau. Os principais artigos dessa obra são, pois, dedicados ao estudo da vida e da obra do grande colonizador dr. Blumenau, à história da antiga colônia, hoje cidade de Blumenau e dos municípios dela desmembrados.

Todas as atividades humanas no Vale do Itajaí foram estudadas em seu desenvolvimento, desde a agricultura, a pecuária, a indústria, o comércio e os meios de transportes, até a assistência social, a educação, a vida religiosa, a imprensa e a vida social. Nessa obra, particular importância foi dada à vida econômica da região. A vida na colônia do dr. Blumenau baseava-se, nos primeiros anos, exclusivamente na agricultura e pecuária. Só mais tarde com enormes dificuldades e grandes sacrifícios surgiram as primeiras indústrias. Atualmente Blumenau é uma cidade industrial e sua indústria é um dos principais fatores da economia do Vale do Itajaí e constitui o orgulho dos seus habitantes.

O tão discutido problema da assimilação dos alemães foi tratado com rara inteligência e esse estudo, sem dúvida, contribuirá para melhor compreensão de tão delicado assunto.

A maior dificuldade com que os autores do Livro do Centenário tiveram de lutar foi a carência de material bibliográfico. Assim, a inclusão de uma bibliografia no final do volume é das mais louváveis, pois poderá facilitar posteriores estudos.

As numerosas e bem escolhidas fotografias e ilustrações aumentam o valor do Livro do Centenário. Os artigos referentes ao desenvolvimento econômico da região são acompanhados por grande número de dados estatísticos.

Apesar de algumas lacunas, o livro *Centenário de Blumenau* é, sem dúvida, uma contribuição de valor, não só para a história de um pedaço de nossa Terra, mas também para a compreensão da colonização alemã no sul do país.

MARIA TERESA SCHORER

D'AMARAL (Max Tavares) — *Contribuição à história da colonização alemã no vale do Itajaí*. 76 págs. com 2 mapas. Instituto Hans Staden. São Paulo, 1950.

"Numa terra de colonização, como Santa Catarina, recordar o esforço e os cometimentos do colono, e zelar que as suas virtudes e exemplos se mantenham vivos, continuando assim a colaborar no nosso desenvolvimento, constituem atos de gratidão, e, mais que isso, de patriotismo". Estas palavras de um dos mais eminentes homens públicos catarinenses — Viktor Konder — inscritas pelo sr. Max Tavares D'Amaral à guisa de mote de sua "*Contribuição à história da colonização alemã no vale do Itajaí*", dizem bem do espírito que o animou na realização desse trabalho há pouco editado pelo Instituto Hans Staden, de São Paulo. O tema é dos mais empolgantes dentre os muitos que pode oferecer a história sócio-econômica de nosso país, e muitos já o têm aproveitado para escritos de mais variada natureza, faltando ainda, contudo, o historiador que o tratasse de maneira definitiva. Desde os relatórios do dr. Blumenau, que datam já de um século, até o recente trabalho do sr. Tavares D'Amaral, uma vasta bibliografia brasileira e estrangeira poderia ser arrolada, sem grande dificuldade, toda ela dedicada à colonização alemã no sul do Brasil, suas origens, seu desenvolvimento, seus problemas, tanto os de ordem econômico como social.

O estudo do sr. Max Tavares D'Amaral longe de ser uma "narrativa superficial de fatos ordenados cronologicamente" (como modestamente diz o A.) oferece subsídios interessantes para o conhecimento do assunto, e dele ressalta de maneira bem nítida o relevantíssimo papel desempenhado pelo dr. Blumenau na obra a que se dedicou de corpo e alma, tornando-a uma realidade incontestável, pela sua extraordinária capacidade de trabalho e de organização, bem como pela sua larga compreensão dos problemas humanos e sociais de uma empresa de tal envergadura. "Colonização e emigração, eis o binômio que se tornou princípio e fim na vida do grande colonizador, preocupado em permitir aos seus patricios, que formavam a grande massa dos trabalhadores do campo, na Alemanha, a possibilidade de melhor fortuna num país onde era certa a liberdade e grandemente provável a conquista de um bem estar econômico que nunca atingiram na velha pátria" (p. 10).

Obtida a concessão das terras em 1848, demorou-se Blumenau na Alemanha até 1850, procurando aliciar companheiros para a empresa, dedicando-se, para isso, a uma intensa propaganda em prol do Brasil e das vantagens que o país poderia oferecer para a colonização. Pouco conseguiu, contudo. Outros países (como os Estados Unidos) interessados na imigração, faziam forte concorrência ao Brasil, chegando mesmo a contribuir para uma propaganda contrária aos nossos interesses. Aliás, não poderia, na Alemanha dessa época, ser a opinião pública muito favorável ao Brasil, vítima, então, de grande descrédito que lhe foi causado por uma vasta literatura rapidamente divulgada naquele país, da lavra de oficiais mercenários que aqui estiveram ao tempo do primeiro império, com o objetivo exclusivo de denegrir o país onde, por esta

cu aquela razão, não encontraram campo muito favorável ao seu espirito de aventura.

A muito custo, conseguiu o dr. Blumenau 17 pessoas dispostas a arriscar a sorte vindo para um estabelecimento onde tudo estava por fazer; não trouxe apenas colonos no sentido restrito do termo, mas também homens cujos officios se faziam imprescindiveis num lugar onde não havia mão de obra de espécie alguma.

"Nunca pensou o seu fundador em fazer da colônia uma empresa economicamente lucrativa para si. Seus objetivos foram: o de abrir as terras incultas da América do Sul à civilização que florescia na Europa; o de permitir aos seus patricios, sujeitos a uma legislação antiquada, em que as propriedades latifundiárias dos chamados "Rittergutsbesitzer", passavam indivisas ao primogênito, de cuja boa vontade ficavam na dependência os demais para a sua subsistência, a aquisição de uma gleba própria; e finalmente, o de fazer de cada imigrante um cidadão livre, fugindo assim ao absolutismo reinante na velha pátria" (p. 15).

Depois de estudar as origens da colônia, dedica o A. alguns capitulos ao seu desenvolvimento, até a encampação e transformação em município, dedicando os últimos capitulos ao estudo de outras colônias alemãs estabelecidas no vale do Itajai — Brusque, Luiz Alves, Hamônia. Finalmente, dedica algumas páginas às razões do sucesso da colonização do vale Itajai (razões de ordem geográfica, econômica e politica), aqui apenas aflorando um dos mais palpitantes assuntos de nossa história social, qual seja o da assimilação do elemento colonizador, ou, por outras palavras, a "politica" de imigração e colonização com que teve de lutar a colônia. "Colonizar não é apenas agrupar material humano em determinados pontos ou regiões do país e depois deixá-lo entregue à própria sorte, principalmente em se tratando de colonização estrangeira, como se o fez entre nós, sem escolas, sem hospitais, sem amparo de espécie alguma, isolado na mata virgem, sem um contacto com a nossa cultura e a nossa civilização. Para conquistá-lo, para integrá-lo no meio nacional, é preciso que o poder público auxilie o imigrante, assista-o em todos os sentidos, sobretudo no campo cultural, desde a sua chegada até a sua perfeita aculturação que precisa ser ajudada, preparada, facilitada por meios adequados, não esquecendo nunca que a assimilação é um problema sociológico que só pode ser resolvido, se armarmos de maneira certa as equações que o solucionarão" (p. 69).

ODILON NOGUEIRA DE MATOS